



NO PINTCHA

* ORGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFONES: 3713/3726/3728 — BISSAU

TERMINOU O ENCONTRO NETO-EANES

Reiterada a confiança no reforço da amizade entre os dois povos

● Decidida a troca de visitas oficiais

Com a assinatura do acordo geral de cooperação, assinado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros angolano, Paulo Jorge, e português, Victor Sá Machado, e a leitura do comunicado conjunto, pelo cama-

rada Presidente Luiz Cabral, terminou ontem à tarde em Bissau, o encontro que reuniu durante três dias os presidentes António Agostinho Neto, da República Popular de Angola e António Ramalho Eanes, da

República Portuguesa. Seguir-se-ia uma conferência de imprensa, concedida pelos dois chefes de Estado aos órgãos de Informação nacional e estrangeira presentes ao encontro, durante a qual foram abordadas

questões ligadas à libertação dos presos anteriores à independência da RPA, à criação da Força Inter-Africana e ao regresso ao país, de angolanos, independentemente do seu passado, desde que estejam dispostos a

contribuir para as conquistas da independência do novo país.

O comunicado conjunto dá conta da decisão dos dois governos em promover a aproximação entre os dois povos, na base dos princípios do respeito mútuo pela independência, soberania nacional e integridade territorial, a igualdade e a não ingerência nos assuntos internos. As delegações concordaram ainda pôr em execução os mecanismos necessários à concretização da cooperação sectorial prevista no acordo geral de cooperação agora assinado, designadamente nos domínios cultural, científico, técnico e económico.

As duas partes decidiram, por outro lado, cooperar no repatriamento, no mais breve prazo possível, dos nacionais angolanos acolhidos em Portugal que desejam livremente regressar ao seu país, nos termos da declaração conjunta dos dois governos, de Julho de 1977. Ainda segundo o mesmo comunicado, que publicamos noutra local deste jornal, o Presidente angolano reafirmou ao seu homólogo por-

tuguês o convite para visitar Angola. Por seu lado, o general Ramalho Eanes convidou o chefe de Estado angolano a visitar Portugal. Ambos os convites foram aceites, sendo as datas das visitas oportunamente fixadas por via diplomática.

AS CONVERSACOES

A sessão de encerramento foi aberta pelo camarada Presidente Luiz Cabral que se felicitou pelo sucesso das conversações entre os dois chefes de Estado.

O mesmo êxito seria ainda realçado na noite de domingo, nos discursos dos três presidentes, pronunciados no banquete oferecido, em honra dos ilustres visitantes, pelo Presidente Luiz Cabral. Nele, e discursando perante os membros do Partido e Estado, das comitivas e corpo diplomático acreditado no país, os três presidentes referiram-se à importância do encontro para o estreitamento das relações entre Angola e Portugal e à contribuição da Guí-

(Continua nas Centrais)

Assassinado o Presidente do Yemen do Norte

★ Chefe de Estado sul-yemenita demite-se

BEIRUTE — Enquanto, últimas notícias falam da demissão do chefe de Estado sul-yemenita, Salem Robaye Ali, substituído pelo seu Primeiro-Ministro, Ali Nasser Mohammed, o governo do Yemen do Norte pede a convocação da Liga Árabe para debater a questão do assassinato do presidente norte-yemenita, Ahmad Al Ghachmi, no sábado.

Fala-se, entretanto, de violentos combates em Aden.

O presidente sul-yemenita, Salem Robaye Ali «apresentou a sua demissão» após ter sido acusado, pelo Comité Central da «Frente Nacional» (partido único no poder) de ter fomentado uma tentativa de derrube do regime, anunciou a agência noticiosa iraquiana (INA), captada em Beirute e que cita um comunicado lido na Rádio Aden.

O presidente Salem Robaye Ali, segundo algumas informações de Imprensa, teria sido afastado do poder há já alguns dias e teria sido colocado sob residência

vigiada..

O Comité Central aceitou a demissão de Salem Robaye Ali, que foi imediatamente demitido de todas as suas funções, precisa a agência iraquiana.

Ainda segundo o comunicado da rádio, Aden, citada pela INA, o chefe de Estado sul-yemenita iniciou o seu golpe de força fazendo bombardear o edifício onde se encontrava reunido o comité central da Frente Nacional.

O Comité Central rejeita, por outro lado, qualquer participação no atentado que custou a vida, na manhã de sábado, ao presidente norte-yemenita, Ahmad Al Ghachmi.

O comunicado do comité central rende ainda uma vibrante homenagem às forças armadas e às milícias populares sul-yemenitas. Sem indicar, também, se os combates terminaram, o comunicado apela à população «a vigilância, a manter-se ao lado da Frente Nacional e a apoiar as decisões do seu comité central». (FP)

S. Tomé e Príncipe 1.º Congresso do MLSTP no próximo mês

O Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP), fundada em 1960, vai realizar o seu I Congresso, entre os dias 5 e 12 de Julho próximo. A informação, tornada pública recentemente pela Comissão Política do Bureau Político do MLSTP, dizia que o I Congresso fora convocado pelo Conselho de Coordenação (Comité Central) do MLSTP.

Ele examinará o relatório de actividades da Comissão Política do MLSTP e adoptará os novos Estatutos e o Programa do Movimento.

O local de realização, embora não tenha sido revelado, deverá ser a capital da República de São Tomé e Príncipe, que festejará no dia 12 de Julho, o seu terceiro aniversário.

Argentina venceu o Mundial 78

● Brasil, 2 - Itália, 1

BUENOS AIRES — A Argentina ganhou a «sua» taça do mundo de futebol. Durante muitas noites os argentinos não vão dormir. Pela primeira vez na sua história, é campeã do mundo depois da vitória de 3-1 após prolongamento contra os holandeses, finalistas infelizes pela segunda vez, pois já o tinham sido em 1974 frente a RFA.

Para a final deste mundial 78, não se esperava um jogo fora de série, mas sobretudo um confronto de dois estilos muito diferentes. Foi o que aconteceu entre os possantes holandeses, sem inspiração, e os irrequietos argentinos que se batiam por todo um povo.

Muito cedo, os holandeses viram que teriam sérias dificuldades para se impo-

rem. Os argentinos vivos, incisivos, lançaram-se rapidamente num movimento ofensivo. Apoiados por um público cujo fervor era impressionante, apoderaram-se do jogo, imprimindo-lhe uma velocidade que foi a sua arma decisiva. Assim, aos 38 minutos, Mario Kempes, a quem a Argentina muito deve para a conquista

(Continua na página 6)

Seca no Sahel: Conversações Aristides Pereira-Dawda Jawara em São Vicente

BANJUL — O presidente da Gâmbia, sir Dawda Jawara, deixou ontem a capital gambiana com destino à ilha de S. Vicente, para uma visita oficial de dois dias a Cabo Verde.

As conversações que o chefe de Estado gambiano terá com o seu homólogo caboverdiano Aristides Pereira, incidirão essencialmente so-

bre os resultados da digressão que Jawara efectuou recentemente pela Europa Ocidental e os Estados-Unidos, por conta do Comité Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) de que Cabo Verde e Gâmbia são membros.

Depois de Cabo Verde, sir Dawda Jawara visitará o Senegal e a Mauritânia. (FP)

O Futebol na nossa terra

Camarada Director:

Gostaria de saber o que se está a passar com o nosso futebol, visto que de alguns tempos para cá, têm-se verificado anomalias bastante tristes nos resultados dos jogos efectuados entre as equipas, primeiras classificadas e as restantes. Falo concretamente da UDIB, do Benfica, do Tombali e Bula. Nós sabemos e vimos já jogos feitos cá em Bissau, entre todas essas equipas na 1.ª volta. Pois, os ditos «monstros» não conseguiram convencer os pequeninos e nem o público, visto as vitórias não terem sido significativas, se bem que as duas equipas do interior (Bula e Tombali) ainda não estejam à altura dos padrões do futebol guineense. Contudo, lutaram sempre de cabeça erguida.

Como é possível que uma equipa como a do Tombali, não falando do Bula, que ocupa o 3.º lugar na tabela classificativa e que fez doer as cabeças dos patrões, deixar-se golear desta forma? Ou será que como já não têm esperanças de conseguir melhor posição não lutaram tenazmente para garantir o lugar já ocupado?

Defender dignamente as cores das camisolas deve ser quanto a mim, uma das bases para a criação de um desporto novo na nossa terra, um desporto de massas isento de alienação como se vê nalguns países deste mundo. Os resultados de (6-0 e 12-4) são incríveis e não convencem a ninguém, porque no campeonato deste ano não há equipas que podem vencer outras com tais margens. A 1.ª volta, confirma isso.

Acho que nós pretendemos é criar várias equipas fortes nas diferentes regiões do país para quebrar o mito dos patrões e para tornar os campeonatos mais interessantes e competitivos, pois só assim é que podemos desenvolver o futebol em todo o território nacional e para que não fique só em Bissau.

Caso contrário, e se assim continuarmos, nem daqui a alguns anos o nosso desporto conseguirá atingir o nível desejado.

CARMEM NICOLAY

Desenvolver os meios necessários à expressão da criatividade da massas

◆ Mário de Andrade no seminário sobre o III Congresso (conclusão)

«No seminário sobre a metodologia da recolha das tradições orais, dizíamos ainda que... procuramos acentuar nos vários domínios das nossas actividades o carácter popular da cultura, isto é, desenvolver os meios necessários à expressão da criatividade das massas». — acentuou o camarada Mário de Andrade, Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Cultura no seminário de quadros sobre popularização e divulgação das resoluções do III Congresso do PAIGC.

Recorde-se que nesta sessão, o camarada Mário de Andrade fez uma exposição clara e demorada sobre a «Identidade Cultural e Desenvolvimento» cuja conclusão publicamos hoje.

A linha ideológica do Partido no que concerne ao conteúdo das manifestações literárias e artísticas é a seguinte: encorajar a plena expressão do talento e capacidades criadoras dos autores de obras de arte, valorizando-as em função do seu contributo à realização dos objectivos de libertação social e humana. Em resumo: no contexto das opções ideológicas do Partido, abre-se um vasto campo de experiências e de invenção criadoras para as diversas manifestações da cultura nacional.

Essas directivas constituem a confirmação das linhas de orientação definidas anteriormente pelo Conselho Superior da Luta, na reunião que teve lugar em Bissau, de 27 a 31 de Agosto de 1976.

Como se realiza na prática política cultural? Cabe ao Conselho Nacional de Cultura a responsabilidade de responder a esta pergunta. Na base de três prioridades — a formação ideológica permanente, a reabilitação do património cultural da nação e a pro-

moção de actividades culturais — o Conselho Nacional de Cultura estruturou a sua organização em cinco domínios de acção que constituem os seus departamentos especializados: a investigação científica, as artes plásticas, as artes da cena, a edição-difusão do livro e do disco, e, enfim, o cinema.

Penso que as atribuições de cada um dos departamentos são suficientemente conhecidas. Darei algumas indicações sobre as actividades mais importantes já realizadas e farei breves comentários ao conteúdo dos programas inscritos naqueles domínios.

Tendo considerado as línguas e a história nacionais como os dois pilares em que assenta a recuperação da identidade cultural africana, o Conselho Nacional de Cultura organizou um seminário de iniciação à linguística africana e outro, recentemente, sobre a metodologia da recolha das tradições orais. Pensamos que a correcta definição de uma política linguística vai permitir um

acesso mais rápido e coerente das massas populares ao saber e contribuir para exercer plenamente o seu papel como agentes do desenvolvimento. Do mesmo modo, a restaurada memória histórica pelos seus actores sociais materializa ainda a nossa opção em matéria de política cultural.

Como afirmávamos no seminário de iniciação à linguística «...uma política linguística correcta contribui para levar à prática o princípio fundamental da democratização da cultura — criar condições concretas para que as massas populares tenham pleno acesso, nos veículos da expressão íntima do seu pensamento, ao saber, à ciência, e às técnicas modernas, na perspectiva do desenvolvimento nacional».

No seminário sobre a metodologia da recolha das tradições orais, dizíamos ainda que «...procuramos acentuar nos vários domínios das nossas actividades o carácter popular da cultura, isto é, desenvolver os meios necessários à expressão da criatividade das massas».

Tanto no domínio das artes plásticas, como no domínio das artes da cena, procuramos estabelecer as condições materiais para encorajar os artistas criadores, promover o seu enquadramento, programar a sua formação velando pela sua superação intelectual. Ainda no decurso do ano corrente, com a ajuda da UNESCO, iremos proceder

à gravação dos estilos da música tradicional no país, no quadro de um estágio nacional, dirigido por um especialista.

No que respeita à edição-difusão do livro e do disco, desejamos fazer funcionar várias casas da cultura, tornando-as, de facto, os espaços centrais e acolhedores da dinamização da vida cultural, através da leitura pública, da discoteca e da cinemateca. Constitui preocupação fundamental ainda neste campo a preparação da edição sistemática da obra literária, científica e política do Camarada Cabral.

Já nos referimos ao papel do cinema ao tratar dos meios tecnológicos de comunicação de massas. A recente criação do Instituto Nacional de Cinema abre um largo campo de iniciativas aos nossos jovens cineastas tanto na produção de documentários sobre os diversos aspectos da vida nacional, como na formação de quadros. A nova programação de filmes que está em curso contribui também para a formação cívica, moral das populações.

Duas linhas de acção orientam neste momento os nossos esforços: a descentralização, por um lado, e por outro, a acção concreta de democratização da cultura, isto é, reunir todas as condições para que as massas populares como produtores e agentes de cultura possam exprimir plenamente as suas capacidades criadoras.

Responde o povo

Qual a sua opinião acerca dos programas apresentados na nossa RDN?

Os programas da nossa Radiodifusão Nacional, são o tema do nosso inquérito de hoje. Seguindo algumas directrizes, os programas apresentados na nossa rádio, têm como função, não só informar o nosso povo, mas também formá-lo.

Devido a carências de diversa ordem, há por vezes falhas, que perturbam a sintonização dos programas. Mas, para além disso, existem outros problemas, os quais nos levaram a fazer este inquérito. Estes, são os problemas dos programas em si. São vários os temas abordados na nossa rádio, mas estes temas muitas vezes não são do agrado de muita gente. Outros criticam com o objectivo de os melhorar, tornando-se assim, uma crítica construtiva. Nesta base, levamos em conta que havia pessoas interessadas em dar a sua opinião, e foi exactamente o que aconteceu. Três pessoas abordaram este tema.

TEM MELHORADO GRADUALMENTE

Ansumane Mané, estudante, 23 anos — Quanto aos programas da Rádio Difusão Nacional, não tenho muito a observar. Penso que

têm melhorado gradualmente. Há programas verdadeiramente instrutivos e culturais. Como por exemplo o programa Painel, apresentado todos os domingos à tarde.

Quanto a esse programa

devo dizer que foi uma boa iniciativa, e espero que o melhorem cada vez mais.

Há também outro programa que muito aprecio. É o Tempos Novos, que é apresentado todos os dias às 11 horas. Penso que realmente a nossa rádio tem melhorado bastante, apesar de erros que comete. Mas isso compreende-se, devido à falta de quadros que neste momento se verifica, e também à falta de material.

HA PROGRAMAS MUITO BONS

Francisco Coté, empregado de balcão — Eu ouço a rádio todos os dias. Há programas que são muito bons, mas outros deixam muito a desejar. Não sei porque, mas há locutores que di-

zem tudo quanto querem na rádio, às vezes nem estão muito bem dentro do assunto. Agora deu-lhes para falar do fanado, esse pelo menos segundo a justificação que deram tem cabimento. Mas se assim continuam qualquer dia ainda dizem coisas que não devem dizer. Penso que ao criarem programas novos, ou quando querem fazê-lo devem anunciar, para que se estiver alguém contra, ter possibilidades de lá ir e dar as devidas justificações. Não é lançar o programa ao ar e depois pedir que se façam críticas.

Não hajam dúvidas de que têm melhorado bastante. Gosto muito do programa Tempos Novos, onde apresentam músicas mais ou menos variadas. Quanto às mú-

sicas variadas, sugeria também que aos domingos, no programa «Dus Curpo um Corçon» variassem mais as músicas que apresentam. Pois já há quanto tempo que apresentam só as mesmas músicas.

Iussuf Cissé, 24 anos empregado do balcão — Tenho pouco a dizer em relação à rádio, porque são poucas as vezes que a ouço. Mas, penso que as músicas devem vir sempre ligadas a temas de interesse.

Evitar transmitir só música separada de qualquer tema. Ao menos transmitir a música e explicar a que povo pertence, o compositor, interprete e outras coisas que contribuam para o aumento de conhecimento dos ouvintes, mesmo quando estes estão a descansar.

Pois sabemos que a rádio não tem só a função de informar mas também de formar.

Sobre o programa «Painel», penso que deve incidir sobre factos que tenham realmente interesse e evitar certas músicas. Como por exemplo, uma vez que perguntaram qual foi o leader africano morto a 18 de Março do ano passado, e o corrector ao dar a resposta certa, preocupou-se em informar que Marien N'Gouabi foi morto às 3 horas da tarde e não disse sequer os nomes implicados no crime.

Penso que o essencial é criar programas culturais e de carácter técnico que ajudem o nosso povo a aumentar os seus conhecimentos e a dominar as diversas técnicas do seu tempo.

Cooperativismo agrícola no país

VOZ DI POVO/NÔ PINTCHA

A experiência em Santiago leva a crer que o cooperativismo em Cabo Verde, antes de atingir a sua forma superior de produção terá fases preliminares tão necessárias à transformação da mentalidade dos camponeses como a sua preparação para tomar nas mãos as rédeas das suas unidades económicas. Muito mais fácil é (talvez seja até mais rápido) levar os camponeses a unirem-se em associações para determinadas tarefas concretas. Tem-se feito associações de agricultores, por exemplo, para compra de pulverizadores, para construção de poços e levadas, para aluguer de máquinas, muros de protecção, etc. Actualmente está na ordem do dia tentar o sector da venda e colocação de produtos colectivamente. As barreiras da mentalidade são assim ultrapassadas sem que se dê conta do facto.

Para os lados de Cidade Velha houve experiências

interessantes dessas associações mas que se foram abaixo, por falta de previsão de pequenas circunstâncias que impediram a sistematização dessa prática. Apesar de tudo, de início cumpriu a missão que era destinada. Por falha humana, infelizmente tão concebível, ou por inexistência de premissas (um mal muitas vezes agravado), o certo é que essa prática que poderia ter sido guia, foi à deriva antes de ter sido explorada todas as suas possibilidades.

Em Achada Fazenda encontra-se já em realização o projecto visando formar ali uma cooperativa agrícola, em princípio com vinte associados que agregam à sua volta familiares num número de 110 pessoas. O terreno cultivável anda à volta de 7 hectares e a realização do projecto é calculado em mil e setecentos contos. Pensa-se que, possivelmente, o projecto virá a ser financiado pelo Con-

selho Ecuménico das Igrejas. A primeira fase do projecto encontra-se já em andamento e consiste na construção de um reservatório de água, conjuntamente com o Ministério de Desenvolvimento Rural. A segunda fase consistirá em despedrar o terreno, trabalho para o qual localmente não se tem máquinas de qualquer espécie.

Várzea de Santana, localidade do interior da ilha de Santiago também, tem uma cooperativa agrícola em vias de formação. Conta por enquanto com dezasseis agricultores e 32 hectares de terreno, dos quais só 12 são irrigados. Os principais problemas que se põem aos agricultores dessa cooperativa são falta de apoio técnico e escassez de água. Reveste-se de certo interesse igualmente, o caso de Cancelo, onde os sócios de uma cooperativa de consumo dispuseram-se a passar à fase superior de

produção colectiva, embora enfrentem o problema da escassez de terras.

Em Praia Formosa, seis agricultores na luta pela sobrevivência contra um proprietário local que os sabotava de todas as maneiras, chegaram à conclusão que a possibilidade de triunfarem estava na sua unidade, numa cooperativa, para o qual lhes falta apoio financeiro e técnico para obras de transformação necessárias à conservação do terreno.

Enfim, todos esses casos são pioneiros da cooperação na agricultura na nossa terra, e como tal, os empecilhos são enormes. O homem, percursor de todas as coisas, e o maior capital da nossa terra, terá sem dúvida de ser mais activo, na difusão dos ideais da cooperação no campo. Que o trabalho seja longo, paciente e moroso, não significa que não deva ser persistente desde agora.



AMILCAR CABRAL

A prática revolucionária

O princípio hoje geralmente aceite da «solução dos conflitos por via da negociação»; a necessidade de defender a paz e a segurança internacionais e o progresso para os povos coloniais; e, ainda, a solidariedade activa dos povos afro-asiáticos — tudo isso justifica plenamente a posição adoptada pelos Estados que estão decididos a encontrar uma solução para o caso das colónias portuguesas. O Governo português está por certo consciente de que nem as manifestações de certo sector da população portuguesa contra a ONU, nem as realizadas pelos colonos nos territórios ocupados por Portugal, conseguirão mudar essa posição. Tais manifestações não fazem mais do que aumentar o isolamento do Governo português e aprofundar a incompreensão entre o povo português e os povos das colónias portuguesas.

Uma verdade é portanto, inegável: o colonialismo português, tal como todos os outros colonialismos, vai ser completamente liquidado, e vai sê-lo dentro de pouco tempo. Em relação à Guiné e Cabo Verde, esta verdade resulta principalmente do facto de os povos guineenses e caboverdianos e a sua organização de vanguarda — o nosso Partido — estarem decididos a liquidar urgentemente a dominação colonial portuguesa, forem quais forem os meios necessários para o fazer.

Tendo em consideração os seus interesses fundamentais, assim como a necessidade de defender a paz e a segurança mundiais e, ainda, o desejo de preservar as possibilidades duma colaboração frutífera com o povo português — os povos da Guiné e Cabo Verde e o PAIGC encarariam com agrado a solução do conflito que o opõe ao Governo português, por via da negociação. Tal solução afigura-se-nos possível, sem ou com a intervenção de identidades que não estão directamente ligadas a esse conflito.

Mas para os nossos povos e para o nosso Partido, são boas as soluções que conduzem à liquidação total da dominação colonial portuguesa. Na certeza, porém, de que os nossos povos e o nosso Partido estão vigilantes e não aceitarão qualquer solução que, sem o seu consentimento e participação efectiva, vise transformar os aspectos exteriores da dominação colonial, seja na base de uma «africanização de quadros», seja por meio da imposição de «dirigentes africanos» que nada têm de comum com os sagrados interesses dos nossos povos e que, por isso, só serviram os desígnios da dominação colonial.

A via pela qual vai ser feita a liquidação total do colonialismo português na Guiné e em Cabo Verde, depende exclusivamente do Governo português. No entanto, os nossos povos e o nosso Partido, que estão preparados e se preparam cada vez mais para enfrentar o pior, julgam ser seu dever lembrar ao Governo português que ainda não é tarde para proceder à liquidação pacífica da dominação.

Publicado uma brochura sobre contabilidade nacional

Foi publicada recentemente por Moisés Levy, técnico nacional da Secretaria de Estado das Finanças, uma brochura denominada «Introdução à Contabilidade Nacional».

A brochura, segundo o seu autor, escrita numa linguagem acessível aos que não possuem formação económica superior, destina-se à compreensão do fenómeno «contabilidade nacional», num espaço evidentemente curto, a despeito da inexistência de estatísticas nacionais.

Numa entrevista concedida à Emissora Oficial, Moisés Levy declarou que a necessidade desta publicação surgiu-lhe do facto de Cabo Verde não possuir as suas contas nacionais, cuja existência reveste-se de particular interesse tanto para a qualificação económica do país no seio da comunidade internacional, como para os organismos internacionais doadores, que geralmente desejam saber como canalizar as suas ajudas.

«Outra razão que me levou a elaborar este livro, acrescentou, foi o desejo de transmitir alguns conhecimentos de economia à nossa população e mesmo aos quadros do Estado, pois trata-se de um conhecimento necessário à vida do nosso Estado».

Requisição de imóveis para instalação de serviços públicos

É do domínio público a carência de edifícios, quer para instalações de serviços públicos que, com a independência do país aumentaram sensivelmente quer os destinados à habitação, que é um direito do cidadão em qualquer país.

Desta situação herdada da dominação colonial tem o Governo tomado, medidas necessárias, construindo escolas e outros edifícios para os serviços públicos e blocos habitacionais em várias ilhas. Naturalmente, num curto espaço de três anos de independência não é possível colmatar as lacunas existentes num e noutro sector e para além das medidas acima mencionadas, o Governo, através de legislação consequente, tem procurado regulamentar e disciplinar a actividade dos arrendamentos dos prédios urbanos, evitando as eventuais especulações que possam surgir nessas situações de crise.

É o caso da legislação de Dezembro de 1976 sobre o arrendamento e venda de prédios rústicos e urbanos a estrangeiros que prevê uma autorização especial do Secretário de Estado da Administração Interna e o recente Decreto-Lei n.º 41/78, de 20 de Maio de 1978 que permite a requisição de imóveis, mediante justa

indemnização, em casos de urgente necessidade, para instalação de embaixadas e consulados, organismos internacionais e seus agentes, sempre que o Estado não possua edifícios próprios ou haja dificuldade em arrendá-los.

Quando o senhorio ou quem o substitua se recuse a celebrar contrato, para que tenha sido solicitado e concedido autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 105/76, é permitida a requisição do imóvel e a recusa da entrega do imóvel requisitado, por parte do senhorio, constitui crime de desobediência qualificada. A requisição só pode ser determinada em decreto e a ocupação dos imóveis requisitados não pode exceder cinco anos.

A indemnização a que se refere o artigo 1.º, corresponde à justa renda que for fixada pela comissão permanente de avaliação de prédios urbanos do respectivo concelho, desde que o inquilino ou quem o substitua ou o Estado se não conforme com o que resultar da matriz predial urbana.

A indemnização corresponde à renda fixada em avaliação anteriormente efectuada.

Do resultado da fixação da renda poderão as partes interessadas recorrer, nos

termos da legislação aplicável às avaliações sobre contribuição predial, sem prejuízo da imediata ocupação do prédio.

No caso de recurso e enquanto não for fixada definitivamente a justa renda, o Estado ou o inquilino depositarão o valor da renda que resultar da matriz, e sendo o prédio omissivo, o da avaliação recorrida, corrigindo-se depois o montante de harmonia com a decisão tomada.

Angolanos regressam

Na sequência de um acordo assinado entre Cabo Verde e a República Popular de Angola, aquando da visita do Primeiro Ministro angolano, Lopo do Nascimento ao país, referente ao regresso de nacionais angolanos que se encontravam em Cabo Verde, já seguiu para Luanda, o primeiro contingente de angolanos.

O contingente de angolanos residentes em Cabo Verde compunha-se de 81 pessoas compreendendo 31 agregados familiares e não é senão uma parte das pessoas com nacionalidade angolana, com idade superior a 18 anos, que residem em Cabo Verde.

Reiterada a confiança no reforço da amizade em

(Continuação da 1.ª página)

né-Bissau para a realização e o sucesso do mesmo.

«Há acontecimentos cujo significado humano e político nos transcende», afirmou o Presidente Ramalho Eanes, ao iniciar o seu discurso. O Presidente português, que foi recebido pela camarada Presidente Luiz Cabral à sua chegada a Bissau, no sábado à tarde, com honras militares devidas, falou ainda durante a sua intervenção das excelentes relações entre os nossos dois países. Ao se referir às dificuldades que «ainda obstam ao desenvol-

vimento harmonioso» das relações entre Portugal e Angola, Ramalho Eanes informou que se tem procurado ultrapassá-las e que esta cooperação supõe de certo a existência, em ambos os países, do ambiente adequado.

Assim, enquanto Agostinho Neto garantia que a RPA, o Povo angolano e o seu Partido, o MPLA «farão tudo o que for necessário para a realização da cooperação com Portugal, com base nos princípios que orientam as relações internacionais», Luiz Cabral afirmaria que inspirados pelo

«espírito de Bissau», os dois governos irão encontrar rapidamente soluções justas, eficazes e, por isso mesmo aceites por ambos os povos. A terminar recordou que a terra de Amílcar Cabral, o seu povo e os seus dirigentes permanecerão ao lado dos dois presidentes, disponíveis para iniciativas que concorram para o estreitamento da amizade entre os povos, a cooperação, a paz e a solidariedade internacional.

O encontro Neto-Eanes, designado por cimeira de Bissau, um acontecimento que mobilizou as atenções da Imprensa internacional

e que, conforme disse Luiz Cabral, suscitou muitas especulações, não podia resultar doutra maneira. Ela não reflecte senão a vontade dos dois povos, angolano e português, de se reencontrarem, de juntarem as mãos e enfrentarem um futuro com perspectivas de grandes sucessos para os dois povos. Com efeito, Portugal, muito poderá contribuir para a reconstrução dos países recém-libertados, do jugo colonial. Isso foi realçado durante as conversações, quer entre as duas delegações ministeriais, quer a nível dos chefes de Estado, que decorre-

ram desde sábado à tarde, poucas horas depois da chegada do general Eanes a Bissau. E a assinatura do acordo foi mais um passo evidente neste sentido.

Paralelamente às conversações entre as duas partes,

houve actividades diversas. Assim, na manhã de domingo, as senhoras de Eanes e de Neto, visitaram o jardim Infantil Nhima San, onde foram recebidas pela camarada Lilica Boal, directora do Instituto de Amizade e à noite, após o b-

Comunicado conjunto

No final do encontro de Bissau entre o Presidente Agostinho Neto da República Popular de Angola e o Presidente Ramalho Eanes da República Portuguesa, foi assinado um comunicado conjunto que passamos a transcrever:

A convite do Presidente da República da Guiné-Bissau, Luiz Cabral, o Presidente da República Popular de Angola, Dr. António Agostinho Neto e o Presidente da República portuguesa, general António Ramalho Eanes, encontraram-se em Bissau de 24 a 26 de Junho de 1978, acompanhados dos respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros e de delegações dos dois países. Esteve também presente o Ministro das finanças de Angola.

Conscientes da importância que constitui para Portugal e Angola uma aproximação entre os respectivos povos, considerando os amplos interesses que a ambos dizem respeito e os diversos vínculos que são património comum, registando as vantagens mútuas que poderão advir do reforço das relações entre os dois países, reconhecendo as responsabilidades que as duas Nações partilham no presente contexto internacional, os dois Presidentes e as suas delegações procederam a uma ampla apreciação das questões que interessa ao desenvolvimento das relações bilaterais e uma franca troca de pontos de vista sobre a conjuntura internacional.

As duas delegações, presididas pelos respectivos Chefes de Estado acordaram promover a aproximação dos dois povos na base dos princípios do respeito mútuo pela independência, soberania nacional, integridade territorial, igualdade e não ingerência nos assuntos internos.

As delegações concordaram pôr em execução os mecanismos necessários à concretização da cooperação sectorial prevista no Acordo Geral de Cooperação assinado em Bissau, designadamente nos domínios cultural, científico, técnico, e económico.

As delegações decidiram adoptar medidas conducentes ao desenvolvimento das trocas comerciais entre os dois países, compatíveis com as obrigações internacionais por eles assumidas.

As delegações acordaram em promover, enquanto se não reúne a Comissão Mista prevista no Acordo Geral de Cooperação, uma completa informação entre as duas partes sobre a problemática económica e financeira existente, a qual deve ser encarada e constituir objecto da agenda daquela comissão.

As delegações decidiram cooperar no repatriamento, no âmbito de breve prazo possível, dos nacionais angolanos acolhidos em Portugal, que desejem livremente regressar ao seu país, nos termos da declaração conjunta dos dois Governos, de Julho de 1977.

As delegações concordaram em manter consultas entre os dois Governos sobre questões de inte-

resse mútuo, nomeadamente quanto a assuntos em discussão na Organização das Nações Unidas e outros organismos internacionais.

As delegações decidiram promover o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os vários países de expressão portuguesa, afirmando a disposição de não permitir actos de hostilidade contra qualquer das partes e desenvolvendo esforços para a difusão da língua portuguesa nos organismos internacionais.

As delegações decidiram favorecer as iniciativas conducentes ao desanuviamento internacional, como meio de aproximação entre as Nações, bem como as que concorrem para diminuir a corrida aos armamentos.

As delegações reafirmaram o seu apoio às medidas que possam conduzir ao estabelecimento de uma nova ordem económica internacional com vista a eliminar as desigualdades entre países desenvolvidos e sub-desenvolvidos.

As delegações declararam continuar a opôr-se decididamente à discriminação racial e às práticas do «apartheid» que devem ser definitivamente erradicadas do continente africano.

As delegações reiteraram o apoio que vêm dando às resoluções que no âmbito da ONU e da OUA, visam assegurar o direito dos povos da Namíbia e do Zimbábwé a ascenderem à independência e a pôr fim às situações ilegais existentes naqueles territórios.

No decurso das conversações que se desenrolaram numa atmosfera de cordialidade e de compreensão mútuas e em obediência ao desejo de desenvolver os laços de amizade entre os dois povos e de envidar todos os esforços no sentido de estabelecer as bases de cooperação frutuosa entre a República Popular de Angola e a República Portuguesa foi reafirmado, por Sua Excelência o Dr. António Agostinho Neto, Presidente do MPLA — Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, o convite a Sua Excelência o Presidente António Ramalho Eanes para visitar Angola, o que foi aceite. Por seu lado, o Presidente Ramalho Eanes convidou o Presidente Agostinho Neto a visitar Portugal, tendo o convite sido igualmente aceite.

As datas das visitas serão, oportunamente fixadas por via diplomática.

Os dois Chefes de Estado, que se fizeram acompanhar das respectivas esposas manifestaram o seu profundo reconhecimento a Sua Excelência Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau e ao povo guineense, pelo caloroso acolhimento e fraternal hospitalidade que lhes foi dispensada bem como às respectivas delegações e comitiva.

Os Presidentes Agostinho Neto e Ramalho Eanes ao terminarem este histórico encontro reiteraram a sua plena confiança no reforço da amizade entre o povo português e o povo angolano.

Ramalho Eanes:

Estabelecer com Angola de cooperação mútua

Há acontecimentos cujo significado humano e político nos transcende. Não tendo a pretensão de fazer História, desejaria evitar qualquer interpretação da importância deste encontro. É-me porém impossível passar sobre o facto objectivo de que, poucos anos depois do termo de uma guerra que desvirtuou o carácter pacífico do relacionamento que os portugueses vocacionalmente mantiveram com todos os povos, os Chefes de três Estados envolvidos no conflito se encontram reunidos exactamente no país onde essa guerra teve por ventura os seus episódios mais violentos e os efeitos mais prolongados. Guerra injusta para todos, e cujo fim por isso mesmo devolveu, não só aos angolanos e guineenses, mas também aos portugueses, o direito à liberdade e independência total. Guerra inútil e evitável, como desde cedo compreendeu o grande espírito de humanista africano que foi Amílcar Cabral.

A hospitalidade da Guiné-Bissau, a extrema discrição do seu esforço em prol do êxito do encontro que aqui teve lugar, sublinham antes de mais nada, atendendo às diferenças dos regimes cujos representantes aqui se reuniram, a sinceridade de uma política de não-alinhamento, mas demonstram também que os dirigentes da Guiné-Bissau reconhecem o alto valor da solidariedade internacional e a possibilidade de convivência e cooperação entre povos que, fechadas as pontes do diálogo, ainda há poucos anos pareciam condenados a sacrificar os seus mútuos sentimentos e interesses.

Como intérprete e paradigma da generosidade do povo da Guiné-Bissau, creio sinceramente que Vossa Excelência, senhor Presidente Luiz Cabral, ligou o seu nome à História de libertação dos povos da África e sobretudo aos mais recentes passos deste continente nos

caminhos da compreensão e da paz.

Este encontro permitiu dois estados independentes afirmarem a seriedade da sua mútua disposição de entendimento sobre os erros do passado e as feridas do presente. São também estes os princípios que têm regulado as relações entre a Guiné-Bissau e Portugal.

O respeito que temos pela personalidade e independência deste país está comprovado em relações laterais que não hesito em considerar inteiramente conformes às mais sãs regras de convivência entre Estados soberanos. Resultou assim em mútua vantagem uma política de cooperação conduzida, sob a menor dúvida, de acordo com a vontade dos nossos povos, mas só possível porque Vossa Excelência compreendeu o Portugal da descolonização. Estou certo que a colaboração desenvolvida serve os interesses do povo português, no plano moral em que ele se movimenta desde que afastou da vida nacional o estigma da potência colonizadora. Mas estou igualmente certo que a cooperação que nos movemos serve os interesses da Guiné-Bissau, porque Portugal a realiza com o espírito de um país livre das suas próprias servidões, e, por isso, capaz do rigoroso cumprimento das relações entre estados porque Portugal tem sangue e na cultura do seu povo a familiaridade de um relacionamento histórico com a África. Eu permito-me dizer: a amizade com a África fundada em séculos de conhecimento mútuo porque Portugal utiliza o veículo de comunicação comum que só por si supera uma das maiores barreiras ao entendimento entre homens: pensa e exprime na língua que é também da Guiné-Bissau.

Considero por isso promissor, para a normalização das relações entre a

re os dois povos

quete, os ilustres visitantes foram homenageados por um sarau cultural com declamação de poemas e canções revolucionárias, entre os quais de Agostinho Neto. Preenchiam ainda o programa músicas interpretadas ao piano e actuação do

formas ente vantajosas

pública Popular de Angola e Portugal, que este meu primeiro encontro com o Presidente Agostinho Neto tenha decorrido em território da Guiné-Bissau.

Senhor Presidente Agostinho Neto:

Desejado há muito tempo e adiado repetidamente devido às razões de saúde de Vossa Excelência e à minha viagem ao continente americano este encontro assume o valor político de exprimir a confiança indispensável às relações entre os nossos dois países e de comprovar, pela adopção de instrumento adequados, um verdadeiro, desejo de compreensão e diálogo. No entanto não tínhamos em mente resultados concretos e imediatos: Portugal tem perspectivas de séculos e Angola independente está destinada a exercer um papel de primeiro plano na África das próximas centúrias.

Teria sido suficiente que a nossa reunião na Guiné-Bissau proporcionasse aos Presidentes da República Popular de Angola e da República Portuguesa a oportunidade de afirmarem com franqueza as posições de ambas as partes, para que resulte evidente a possibilidade de conciliar as posições dos dois países numa cooperação que possa testemunhar, ou, pelo menos, promover a autêntica fraternidade entre os dois povos.

Esta é a realidade efectivamente conscientes das dificuldades que, de um lado e de outro, ainda obstam ao desenvolvimento harmonioso das nossas relações. Dificuldades que procedem da diferença de regimes, antes resultaram principalmente das perturbações que ambos os países tiveram de atravessar.

Entre os factores que avolumaram os problemas que em qualquer caso acompanhariam o processo de descolonização, mesmo que ele tivesse decorrido de forma perfeita, destacarei o retor-

ballet nacional «Okinka Pampa» e do conjunto musical Mama Djombo. Ontem à tarde, as duas comitivas, acompanhadas do camarada Presidente Luiz Cabral, visitaram o quartel de Amura, onde se encontra o mau-soleu de Amílcar Cabral.

no a Portugal de mais de quatrocentos mil portugueses que não puderam participar na construção de uma Angola independente, em muitos casos por solicitação da realidade política que antecedeu a definição do Estado angolano.

Mas dificuldades que também se agravaram em consequência das incertezas que Portugal demorou a superar e que o impediram de assumir sem preconceitos a sua identidade nacional, no plano de igualdade com os novos Estados e numa aproximação sempre pautada pelo respeito mútuo, pela não ingerência e pela vantagem recíproca. Faltaram-nos condições para liderar a mudança de atitude que, valorizando tudo o que de positivo estava feito, e recusando a responsabilidade pela destruição dos valores que interessavam o futuro de Angola, permitisse institucionalizar novas formas de relacionamento ajustadas aos objectivos dos dois povos e dos dois países.

As circunstâncias algumas vezes terão conduzido a que os portugueses e os interesses portugueses fossem objecto de tratamento menos favorável do que o concedido a outros estrangeiros. Parte das dificuldades de que falei podem assim imputar-se à complexidade das situações de descolonização.

Mas a compreensão que Portugal apesar de tudo quis salvaguardar só encontra paralelo na vontade inequívoca com que Vossa Excelência Senhor Presidente Agostinho Neto, tem procurado ultrapassar os obstáculos a uma cooperação destinada à defesa dos interesses de ambos os países.

Orgulhando-se de ser na Europa o país que mais extensamente reflecte a cultura angolana, Portugal deseja apenas estabelecer com Angola formas de relação

(Continua na página 8)

Agostinho Neto:

A atmosfera de confronto só existiu enquanto predominou o colonial fascismo

A oportunidade criada pela realização deste encontro, entre os chefes de Estado da República Portuguesa e da República Popular de Angola permitiu que se instalassem métodos e medidas para o desenvolvimento normal das relações entre os dois países. Contribuiu imenso para isso a iniciativa do Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau e os esforços feitos pelos responsáveis do P.A.I. G.C. e membros do Governo da Guiné-Bissau. Por isso, com o carinho que a delegação angolana foi aqui acolhida quero exprimir o nosso agradecimento e confessar a contínua sensação de conforto que sentimos na vossa capital. Aliás capital comum das esperanças do passado e assim também capital angolana em território guineense.

Luiz Cabral:

Mais um passo no sentido de marchar juntos na longa aventura da história

Aproxima-se rapidamente do termo, este fim de semana que ficará inscrito como grata recordação na memória do povo da Guiné-Bissau e dos seus dirigentes. Todos certamente perceberão o sentimento profundo que nos envolve por termos tido a honra de acolher na nossa terra, o camarada Presidente Agostinho Neto e o nosso amigo o Presidente Ramalho Eanes e por termos sido capazes de criar as condições que permitiram este encontro histórico.

Muito se especulou durante a preparação dos acontecimentos que vivemos nestes dois últimos dias. Contudo, mais advertidos foram sem dúvida aqueles que puderam surpreender como verdadeiro motor que tornou possível o encontro de Bissau, a vontade real e a determinação sincera dos Presidentes Eanes e Neto de criarem para os seus povos, as condições de uma colaboração estreita que a História aponta aos responsáveis de um e outro país, como imperativo do património comum de séculos de convivência.

Quanto a nós militantes do PAIGC e dirigentes da República da Guiné-Bissau, cuja tarefa foi facilitada pelas considerações que precedem, o nosso mérito foi apenas de contribuir para mais um passo no sentido

A vontade de Sua Excelência o Presidente Ramalho Eanes, representando a vontade do povo português, de encontrar a solução adequada aos problemas discutidos durante o encontro, catalizou o sucesso posto em evidência no resultado das conversações para o início de uma prática de cooperação e o surgimento de um clima de amizade entre Portugal e Angola, entre os seus povos e governos.

Agradeço a Vossa Excelência senhor Presidente da República portuguesa este encontro, recheado de motivos concretos que prenunciava uma coexistência entre os nossos povos mais de acordo com as suas conquistas no passado.

É que no passado, relativamente recente, houve luta e houve guerra, houve des-

gaste e frustrações. Mas a atmosfera de confronto só existiu enquanto predominou o colonial fascismo em Portugal e nas suas colónias. O 25 de Abril libertou o povo português autorizando-o a exercer actos de amizade, de solidariedade e de cooperação com os povos anteriormente escravizados. O 25 de Abril reconheceu também a justeza de comportamentos dos que se libertaram pelo ferro e pelo sangue. Por isso quando me refiro à luta, não a considero apenas aquela que nós os africanos desenvolvemos, mas também a que se desenrolou em Portugal, conduzindo ambas a um novo período de amizade, de cooperação e de fraternidade.

Seria portanto ilógico sujeitarmo-nos a empecilhos, muitas vezes subjectivistas

da nossa visita oficial a Portugal que tive o prazer de efectuar há alguns meses.

Sabemos também que o sucesso do encontro de Bissau se deve às extraordinárias qualidades de militante e de homem político que todos reconhecem ao camarada Agostinho Neto. Armado político e ideologicamente por uma luta que sempre foi dura, o camarada Presidente Neto mais uma vez demonstrou a sua fidelidade a um dos princípios do MPLA e em que se alicerçou a nossa antiga CONCP de salvaguarda da amizade e da solidariedade entre os povos envolvidos num conflito armado, aberto a 4 de Fevereiro de 1961, de que apenas eram responsáveis as elites que uns e outros tiranizaram.

Ao camarada Presidente Neto, cuja amizade pelo povo português foi sobejamente demonstrada nas lides clandestinas da luta antifascista e nas masmorras do salazarismo, ficará também o nosso povo devendo a dimensão que ganhou, no plano internacional, durante este fim de semana, a modesta capital do nosso país. Temos o sentimento de que o clima aqui criado, o espírito que se gerou no Encontro de Bissau vai inaugurar uma era de estreita e fecunda colaboração en-

e impeditivos no pleno gozo das novas condições criadas para que a paz, o progresso e a amizade existam. Este encontro está assim dentro da lógica dos fenómenos históricos e segue a natureza do impulso humano para a coexistência.

A República Popular de Angola, o povo angolano e o seu Partido, o MPLA, entendendo assim, farão tudo o que for necessário para a realização da cooperação com Portugal, com base nos princípios que orientam as relações internacionais. Todos faremos por isso. A República Popular de Angola respeitará os compromissos assumidos aqui, que representam uma fase de compreensão e progresso de uma parte da Humanidade.

tre Angola e Portugal. Na época em que vivemos, a interdependência das Nações e a busca em comum, de soluções para os problemas com se defrontam os povos, são exigências da marcha para o progresso e da salvaguarda da paz. São portanto exigências da Humanidade.

Sabemos que muito há ainda por resolver entre os Estados angolano e português, sabemos também que tais problemas, nem poderia ser de outro modo, são complexos. Temos porém a certeza de que, inspirados por aquilo a que me permito chamar «o espírito de Bissau», os Governos de Luanda e de Lisboa vão encontrar rapidamente soluções justas, eficazes e, por isso mesmo, aceites por ambos os povos.

A terminar, queria lembrar aos Presidentes Neto e Eanes os nossos agradecimentos pela prova de confiança com que nos distinguiram, aceitando a Guiné-Bissau como país de encontro e afirmar que a terra de Amílcar Cabral, o seu povo e os seus dirigentes permanecerão a seu lado, disponíveis para iniciativas que concorram para o estreitamento da amizade entre os povos, a cooperação, a paz e a solidariedade internacional.

A polémica do "6-0 e 12-4"

● O Benfica retoma o comando na penúltima jornada

O Campeonato Nacional de futebol sofreu um autêntico desfraude na sua penúltima jornada. A expectativa geral que reinava no meio desportivo do país, nas jornadas anteriores, foi suficientemente abalada, a ponto de se perder todo o gosto pelo futebol, este, o único desporto de massas que ainda sobrevive no nosso seio. Trata-se das revelações da corrida ao título, verificadas na 29.ª jornada, em que a Udib, na semana anterior à última, derrotou o Sporting Clube de Bula por 6-0, e na quarta-feira da semana passada, em que o Benfica cilindrou o Desportivo de Tombali, pela avultada soma de 12 golos contra quatro.

O primeiro resultado, o da Udib, não foi menos escandaloso do que o segundo, o do Benfica, porque, tanto um como outro visava conseguir o maior número de golos, para se colocar em posição de vantagem na diferença de golos, visto que, ambas as equipas, possivelmente terminarão o campeonato com o mesmo número de pontos.

Seria uma grande ingenuidade não duvidar de que há «gato» por detrás de tão desproporcionados resulta-

dos. Aliás, os próprios factos falam por si. A Udib, interessava-lhe uma grande margem de golos, no jogo contra Bula, visto que o encontro Tombali-Benfica, que teria lugar no mesmo domingo, tinha sido adiado, facto que a colocava em desvantagem, em relação ao seu mais directo perseguidor.

Vendo os «6-0» da Udib, a equipa encarnada, não menos interessada no título, «aplicou», nada mais, nada menos do que 12-4 ao Tombali, dentro da justa medida no ponto de vista da disputa do «título», pois tal resultado permitiu-lhe tomar o comando da classificação, todavia, só com mais (1) golo de diferença da Udib. Nestes resultados estão bem evidentes o colaboracionismo das equipas derrotadas.

Um problema desta natureza, deve ser analisado à luz dos factos, pois só assim se pode cortar o mal pela raiz.

O «Nô Pintcha», como órgão de formação e informação, das massas, não desempenha aqui as funções mais do que as de mediador entre os factos e o público, dando, quando muito a sua modesta contribuição na luta que o nosso Partido e

Estado meteram ombros, para a criação de um desporto de massas, um desporto sem corrupção.

Os carris clubistas sobre os quais ainda se assenta o nosso futebol, são um dos principais responsáveis por todas as tendências à corrupção que se possa verificar no futebol guineense. O germe do semi-profissionalismo que ameaça assumir novas proporções nos clubes da capital, vem aumentando cada vez mais o desequilíbrio de forças entre os clubes de Bissau e os clubes do interior do país que, de ano a ano, vêm escapando-se-lhes das mãos os jogadores mais cotados. Um equilíbrio financeiro de todas as equipas que tomam parte no Campeonato, é um bom remédio para este mal. E tal tarefa cabe em parte ao próprio Estado.

Outro aspecto que não é de menosprezar é o papel de certo modo negativo, que desempenha o corpo dirigente dos próprios clubes, cuja influência junto da Federação Nacional de Futebol, é bastante considerável. Não é admissível que uma Federação de futebol, num país como o nosso, se incline a favorecer as equi-

pas grandes, em detrimento das equipas mais fracas. Tal afirmação tem resposta na própria elaboração do calendário dos jogos, cuja apreciação deixamos para os analizadores mais atentos.

Também a estruturação do próprio campeonato, incompatível com a realidade nacional, e aliada a falta de meios de transporte no interior, entre as regiões mais afastadas, contribuem também para desfavorecer as equipas fracas, que se vêm privadas de pontos, por falta de meios para se deslocarem, enquanto que, às equipas grandes, são-lhe adiados jogos para altura que melhor convier.

Outros dos intervenientes no desporto espectáculo, e que ainda não frizamos aqui, são os próprios atletas e o seu público, que constituem a aliança mais pura e solidária que existe no mundo do desporto. Para além do seu modesto papel de artista e espectador, eles dão a palavra desporto o verdadeiro cunho de espectáculo. Que responsabilidades poderão eles ter na polémica dos 6-0 e 12-4 que se trava neste momento? Não passarão de simples vítimas da própria estrutura deficiente, sob a

qual vive o nosso desporto?
QUE SOLUÇÃO PARA
ESTE PROBLEMA?

Numa altura em que o Campeonato está a expirar, que medidas poderá a Federação de futebol tomar para a correcção do caso 6-0 e 12-4? — Quanto a nós, apesar de todas as jogadas lamentáveis que estão por detrás desses resultados, eles estão dentro do próprio mecanismo legal do futebol.

Ao contrário do que se pensa, o campeonato nacional não foi suspenso para se estudar a solução do caso, mas sim devido aos treinos da própria selecção nacional, com vista a sua participação no torneio internacional de futebol a realizar brevemente em Cabo Verde, por ocasião da comemoração, em «5 de Ju-

lho» do 3.º Aniversário da independência deste país irmão.

O caso 6-0 e 12-4 aconteceu à semelhança do que se verificou na mais alta instância do futebol mundial, no próprio mundial da Argentina 78, que foi ganho por este mesmo país. Nas eliminatórias das meias finais, o jogo entre a Argentina e Perú, foi realizado depois do jogo entre o Brasil, outro grande favorito, e a Itália. Apesar da grande vitória do Brasil por 3-1, a Argentina teve a possibilidade de avaliar o número de golos que devia marcar para se apurar para a final com a Holanda. Daí, não fez mais do que aplicar seis golos sem resposta ao Perú, sem este se preocupar com isso. O Brasil ficou assim eliminado da final.

Breves notícias

HAFIA 5 — CUBA 1

CONAKRY — O Hafia Football Club (tri-campeão africano) derrotou no dia 21 à noite a equipa nacional de Cuba por cinco bolas a uma. A selecção cubana encontra-se desde terça-feira na República da Guiné, e deve disputar ainda um desafio contra o Horoya Athletic Club de Conakry.

Num jogo amigável da segunda-mão, o Hafia venceu também no domingo passado em Bamako o Stade Malien por 3-2. A equipa maliana ganhava ao intervalo 2-1. Os guineenses empataram aos 57 minutos e marcaram o golo da vitória aos 58 minutos. O nível do jogo foi bom no primeiro tempo, mas baixou no segundo.

REUNIÃO DA ABU

TUNIS — A terceira assembleia geral da A.B.U. (União Africana de Boxe, realizar-se-á de 26 a 30 do corrente mês na capital tunisina, com a participação dos representantes de 12 países africanos e de vários responsáveis internacionais deste desporto, José Suleiman, presidente do Conselho Mundial de Boxe (WBC) estará presente.

Argentina venceu o Mundial 78

Brasil, 2 — Itália, 1

(Continuação da 1.ª página)

ta do título, aproveitou de uma acção de Osvaldo Ardiles e Leopoldo Luque para bater Jan Jongbloed.

Apesar deste magnífico golo de avanço, os argentinos tremeram muito em River Plate. Mas a sua vitória, se bem que tivesse sido quase toda construída por Kempes, é o resultado de uma amizade indestrutível entre os jogadores. Não é uma equipa de vedetas mas de companheiros. Cada um joga para o outro, antes de jogar para si mesmo.

A Argentina tinha anunciado o seu estilo desde o início do mundial: jogar na ofensiva a todo o custo. Um tipo de futebol que há muito tempo não se vê nos estádios. É claro que eles têm jogadores para isso. Mas têm também esse gosto pela ofensiva, essa mentalidade da vitória. Pensou-se que ganhando 1-0, procurariam defender e preservar a vantagem. Pelo contrário, continuaram a atacar, tentan-

do derrotar definitivamente o adversário.

KEMPES: A VEDETA

Os argentinos atacaram constantemente, no estilo que lhes é habitual: bolas longas pela lateral para os extremos rápidos e incisivos como Daniel Bertoni e Oscar Ortiz, um futebol colectivo de que Osvaldo Ardiles e Mario Kempes são as peças mestras. Era preciso que a equipa holandesa fosse muito forte na defesa no domingo para resistir a este carrocel dos atacantes, do meio campo e por vezes mesmo dos defesas argentinos.

Mas, os argentinos também passaram por situações difíceis, porque não conseguindo o seu êxito habitual, marcar golos, ficaram expostos aos contra-ataques. Os holandeses já não têm Johan Cruyff. Com Johan Neeskens, seu companheiro habitual, o estilo não é o mesmo, menos ligeiro, menos incisivo. Mas por vezes eficaz. E se houvesse na linha de ataque

holandesa um verdadeiro goleador, a Holanda teria talvez ganho a sua primeira taça do mundo. Infelizmente para os holandeses, a sua «vedeta» número um, Robby Rensenbrink, não estava particularmente em forma. Falhou mesmo um golo de empate (aos 44 minutos) que noutras ocasiões teria metido. Johnny Rep, também não teve o seu rendimento habitual, mas é verdade que Daniel Passarella e Luis Galvan não lhe deram o mínimo espaço de manobra.

Todavia, Cesar Luis Menotti, treinador da Argentina receava no segundo tempo a reacção holandesa que, quatro dias antes, tinha desbaratado a defesa italiana. Efectivamente, Rudi Krol e os seus iniciaram um bombardeamento à defesa argentina mas sem a mínima habilidade, sem a mínima inspiração à imagem de Rensenbrink. Contudo, os homens de Ernst Happel (o treinador austríaco da Holanda) teriam a sua recompensa quando faltavam oi-

tos minutos para o termo da partida. De cabeça, Dick Nanninga obteve o golo do empate, o 100.º deste 11.º campeonato mundial. Quando já se jogava o prolongamento como em 1966, pensava-se no «feitiço» que faz com que a equipa que marque primeiro na final seja sempre vencida.

Todavia Mario Kempes encontrou ainda recursos para acrescentar um segundo golo que tornou realidade um sonho de sempre. A Argentina era campeã do Mundo. E confirmá-lo-ia dez minutos mais tarde com um golo de Daniel Bertoni que concluiu ainda uma jogada de Kempes.

NÃO APERTAR A MÃO
A JUNTA

Finalmente a Argentina podia cantar o tango. Pouco lhe importava que o último golo, manchado por duas faltas, tenha mais uma vez confirmado os erros de Sergio Gonella (árbitro italiano da final). Pouco lhe importava que os últimos minutos do desafio tenham

sido um violento combate. Ela era campeã do mundo e nenhuma outra equipa pode dizer hoje que o merecia mais que ela.

«O futebol sul-americano desforrou-se cá na Argentina», declarou o treinador dos homens da Pampa, Cesar Luis Menotti. «Somos campeões do mundo e os brasileiros terceiros. Creio que a nossa vitória final é legítima, e não pode suscitar a mínima dúvida. Em todos os nossos desafios, jogamos ao ataque a todo o custo, do princípio ao fim. Creio que regressamos às fontes: ganhar marcando golos».

Com o melhor ataque (Kempes foi o melhor marcador com 6 golos) e quase a melhor defesa, só podia ficar no primeiro lugar. Os holandeses, por não terem coordenado melhor os seus movimentos, por se terem obstinado, em querer jogar no segundo tempo com bolas longas para o avançado-centro Nanninga, não souberam criar verdadeiras ocasiões de golos. Só

Rep, no primeiro-tempo, inquietou Ubaldo Fillol, o guarda-go argentino.

Os jogadores holandeses não participaram na cerimónia protocolar da entrega da taça do mundo pelo ditador argentino Videla ao capitão da equipa argentina Passarella. Assim que Gonella deu por terminada a partida, foram directamente para o balneário deixando os seus vencedores argentinos só no relvado. Já antes da sua vinda para a Argentina, vários jogadores holandeses tinham dado a entender que recusariam dar mão aos representantes da junta militar no poder.

O Brasil bateu no sábado a Itália por 2-1 (com 0-1 no intervalo) no estádio de River Plate e qualificou-se em terceiro lugar no 11.º campeonato mundial de futebol. Os golos do Brasil foram obtidos por Nelinho (64 minutos) e Dirceu (71 minutos) e pela Itália marcou Franco Causio (38 minutos).

O.U.A.

Comité de Libertação reafirma apoio à Frente Patriótica e à Swapo

DAR-ES-SALAM — O Comité de Libertação da OUA cuja sessão terminou na sexta-feira adoptou uma resolução «rejeitando e condenando firmemente» o acordo dito de «regulamento interno», concluído na Rodésia entre o chefe da minoria branca Ian Smith e três traidores do povo zimbabwéano. O Comité, que reconhece como únicos representantes «autênticos» do movimento de libertação do Zimbabwé, Robert Mugabe e Joshua N'Komo, compromete-se a conceder a estes últimos toda a sua ajuda à luta armada. Sobre a Namíbia, o Comité renovou o seu apoio à SWAPO, único movimento nacionalista reconhecido tanto pela OUA como pela ONU.

O mesmo Comité de Libertação da OUA recomendou, no seu relatório final, a adopção pela Organização,

de «medidas apropriadas para conseguir a independência da ilha de Reunião», soube-se de fonte próxima ao Comité. No decorrer dos trabalhos da sessão do Comité, um certo número de delegações insistiram no facto de que a Ilha de Reunião (actualmente ocupada pela França), no Oceano Indico, é parte integrante do continente africano pelo que deve ser descolonizada. Dois países o Senegal e a Mauritânia, colocaram as suas «reservas» quanto a esta recomendação do organismo da OUA:

Um comité Ad-Hoc, compreendendo os Comores, a Líbia, o Madagascár, a Tanzânia e as Seychelles foi convidada pelo Comité de Libertação a reunir-se rapidamente a fim de propor «medidas apropriadas» destinadas a abrir a via da independência da Ilha. (FP)

Tanzânia

Instaurado o ensino gratuito

DAR-ES-SALAM — A Tanzânia decidiu instaurar o ensino primário gratuito durante sete anos, para todas as crianças em idade escolar, instaurar um ensino técnico e melhorar o sistema de ensino secundário actual, declarou, no sábado, o presidente Nyerere.

O presidente tanzaniano, que falava na Assembleia Nacional Popular, precisou que esta decisão estava ligada à recente posição do governo de não reconhecer mais as escolas privadas (e conse-

quentemente pagáveis). Declarou que a intensão do governo era de tomar a responsabilidade de um bom ensino primário durante sete anos, com bons professores e boas condições materiais.

Ele acrescentou que a necessidade de um ensino técnico fazia-se sentir devido à falta de técnicos no país. Sobre o ensino secundário, o presidente indicou que o objectivo da operação seria de melhorar o nível actual de ensino.

O presidente afirmou que

Cuba propõe ao Zaire que apresente prisioneiros cubanos da guerra do Shaba

HAVANA — O Governo cubano propôs ao presidente Mobutu Sese Seko, do Zaire, que apresentasse, à Imprensa internacional, os supostos prisioneiros cubanos que ele detem em seu poder, indicou, na sexta-feira, em Havana, um comunicado oficial.

Segundo fontes ocidentais, o presidente zairota teria afirmado que as forças armadas do Zaire tinham aprisionado vários soldados cubanos durante os combates na província de Shaba.

No entanto, segundo o comunicado, «o Governo cubano alerta a comunidade internacional face à eventualidade de uma manobra do presidente Mobutu. Este, cujos laços com a

CIA e outros serviços secretos imperialistas, são bem conhecidos, poderá, com efeito, em conclusão com estes, preparar-se para apresentar, como cubanos prisioneiros contra-revolucionários cubanos ou cidadãos deste país detidos em África ou em qualquer outra parte do mundo», concluiu o comunicado.

A questão do Zaire, foi também tema de conversa do ministro cubano dos Negócios Estrangeiros, Isidoro Malmierca, que se encontra em Argel para discussões sobre a próxima reunião dos Não-Alinhados.

Sobre os acontecimentos no Zaire, Malmierca recusou, fortemente, não só as acusações do presidente Mobutu e dos Estados Uni-

dos sobre a participação de Cuba ao lado dos combatentes catangueses no Zaire, como denunciou, igualmente, com a mesma intensidade, o ataque dos «catangueses» no Shaba, «acção que não serve os interesses africanos», sublinhou ele.

«Não ajudamos esta acção, afirmou ele, e fomos contra ela. A nossa propriedade é de assegurar a paz em Angola, a segurança das suas fronteiras e o seu desenvolvimento económico e social. Estas acções contribuem para desviar a atenção do apoio e da solidariedade, primordial para nós, para com os povos da Namíbia, do Zimbabwé e da África do Sul».

Brasil: Geisel anuncia reformas constitucionais

BRASILIA — O presidente brasileiro Ernesto Geisel, publicou na sexta-feira um projecto de reformas constitucionais que devem eli-

minar todos os «actos de excepção» em vigor no Brasil e engajar o país num processo gradual e seguro de democratização.

Estas reformas deverão entrar em vigor no início do próximo ano, após serem aprovadas pelo congresso ainda esta semana.

Geisel precisou que as reformas previstas compreendem a supressão dos actos de excepção como o famoso «AI-5», o restabelecimento do «habeas-corpus» para os crimes políticos e garantias legais e constitucionais, assim como uma revisão da lei sobre a segurança nacional.

Nelas estão também incluídas medidas que facilitam a criação de novos partidos políticos, embora evitando uma «proliferação inútil», e dando ao presidente o poder de decretar o estado de emergência ou de sítio para garantir a segurança do Estado em caso de guerra ou de «acções subversivas».

Se os analistas políticos hesitam ainda em falar de um retorno do Brasil à democracia, como proclamam alguns jornais, todos consideram que a abolição das leis de excepção e a protecção contra todos os abusos prometido aos parlamentares, magistrados e simples cidadãos, constituem um progresso político incontestável.

Novo plano de paz egípcio

CAIRO — O novo plano de paz que o Egipto conta propôr aos Estados Unidos e a Israel comportam quatro pontos, assegurava, no domingo o quotiano «Al Ahram».

Segundo aquele jornal tratar-se-iam da «retirada de Israel da margem oeste do Jordão e da Banda de Gaza como base da realização da paz»; que a «Jordânia assumira as suas responsabilidades na margem oeste», ficando o Egipto com a administração da banda de Gaza. A proposta prevê ainda que as medidas vigorem por um período determinado, sendo acompanhadas de um exame das medidas de segurança e de outras disposições

com Israel», acrescentando-se que «a solução do problema palestiano será encontrada, num quadro árabe», exigindo-se como base a retirada militar israelita daquelas duas zonas.

Segundo o «Al Ahram», todos os pontos deste plano deverão estar hoje prontos, para que ele possa ser apresentado nas conversações, em Alexandria, entre o presidente Sadate e o vice-presidente norte-americano Walter Mondale, a 3 de Julho próximo, e, eventualmente, numa reunião tripartida, em Londres, dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos, do Egipto e de Israel. (FP)

Waldheim na OUA

NOVA-YORK — Kurt Waldheim, secretário-geral das Nações Unidas, discursará na próxima cimeira da OUA, que se realizará na terceira semana de Julho em Kartum. Waldheim é tradicionalmente convidado pela Organização da Unidade Africana na abertura da sua conferência. — (FP).

Urbanismo africano

MEKNES — Um colóquio sobre o urbanismo africano, organizado pela Federação Mundial das Cidades-Gémeas, decorre desde ontem de manhã nesta cidade marroquina na presença de centenas de delegados. O objectivo do encontro é de permitir aos responsáveis municipais presentes, urbanistas e peritos, examinar os problemas suscitados pela planificação urbana, a protecção do património arquitectural face à pressão demográfica cuja principal causa é o êdodo rural. (FP)

Madagáscar 18.º aniversário independência

ANTANANARIVO — O Madagáscar comemorou ontem o 18.º aniversário da sua independência, que coincidiu com o terceiro aniversário da instalação no poder do Conselho Supremo da Revolução. Houve um grande desfile militar sob a palavra de ordem da «luta revolucionária, da colaboração população-exército e da oposição à agressão imperialistas». (FP)

CONAKRY — Ahmed Sekou Touré, secretário-geral do Partido Democrático da Guiné (PDG) e presidente da República da Guiné, anunciou que o 11.º Congresso do PDG, previsto para Setembro próximo, decidirá o aumento do efectivo do Comité Central de 25 para 75 membros eleitos. Sekou Touré, que lia o terceiro capítulo do relatório do Comité Central ao Congresso nas antenas da Rádio-Conakry, acrescentou que 15 destes membros serão designados pelo secretário-geral do Partido para formar o Bureau Político Nacional.

Cerca de 30 decisões serão tomadas pelo Congresso. Assim, entre outras, confiará a direcção executiva da revolução ao BPN enquanto que o Comité Central será doravante a instância nacional de decisões. O Congresso decidirá por outro lado aumentar o número de «Poderes Revolucionários Locais» (PRL) e dos «Poderes Revolucionários de Bairro» (PRB). — (FP)

QUESTAO DO TCHAD

KARTUM — O primeiro vice-presidente do Sudão, Abdulgassim Mohamed Ibrahim recebeu, no domingo, o embaixador do Tchad em Kartum uma mensagem do chefe de Estado tchadiano general Félix Malloum sobre a reunião de uma outra cimeira de Tripoli sobre a unidade do Tchad. — (FP).

BUREAU DA OLP EM DJIBUTI

DJIBUTI — O Primeiro-Ministro da República de Djibuti inaugurou no domingo nesta cidade a sede da Organização de Libertação da Palestina (OLP), na presença de numerosos ministros, deputados, embaixadores e personalidades civis e militares. O representante da OLP em Djibuti, Assamra, declarou que é uma honra para OLP ver o seu bureau nesta região do mundo árabe e de ver aumentar o apoio popular à nossa revolução. — (FP)..

ACÇÃO DOS MONTONEROS

BUENOS AIRES — A escola dos oficiais da Polícia Federal argentina em Buenos-Aires foi atacada à granada no domingo, sem causar vítimas. A fachada do edifício e as janelas da escola foram danificadas durante o ataque levado a cabo por montoneros, segundo fontes seguras na capital argentina. — (FP).

Massacre de padres brancos Frente Patriótica acusa forças racistas

LUSAKA — A Frente Patriótica do Zimbabué afirmou ontem, não ter nenhuma responsabilidade na morte de 12 missionários brancos na Rodésia, e atribuiu a inteira responsabilidade deste massacre ao corpo de elite do exército rodésiano.

Um porta voz da Frente, Saul N'Dlovu, indicou ontem em Lusaka, que a Frente Patriótica não tem nenhuma razão para matar missionários que, afirmou, simpatizaram sempre com a causa da maioria negra. «Este género de acções, indicou ele, é perpetrado pelo regime de Smith para desacreditar a Frente Patriótica».

Por outro lado, os chefes de todas as igrejas da Grã-Bretanha, lançaram um apelo ao governo «para que multiplique as suas inicia-

tivas de paz na Rodésia», num comunicado comum publicado ontem.

O Conselho britânico das Igrejas, o Comité para os Assuntos Internacionais da Igreja de Inglaterra, e o Instituto Católico para as Relações Internacionais afirmam nomeadamente que «a morte de pessoas cujo único objectivo é servir os outros em nome de Cristo, é insensata e trágica».

Ainda sobre a Rodésia, segundo o antigo representante pessoal do Primeiro-ministro português, Salazar, em Moçambique, Jorge Jardim, as grandes companhias petrolíferas multinacionais continuam a assegurar o abastecimento regular em petróleo da Rodésia, apesar das sanções decididas pelas Nações Unidas.

As revelações de Jardim estão contidas num livro que deve sair esta semana em Lisboa e cujos extractos foram publicados no domingo, pelo semanário britânico, «The Observer». Jardim precisa que uma das suas missões em Moçambique, então colónia portuguesa era de trabalhar para que as vias comerciais normais permanecessem abertas à Rodésia.

Segundo Jorge Jardim, a Rodésia importava em 1973 cerca de 500 mil toneladas de petróleo, por ano, quantidade superior às suas necessidades e que lhe permitia começar a constituir reservas. Nessa altura a Shell e a B.P. tinha fornecido 56,1 por cento do petróleo importado pela Rodésia, a Caltex 20,7, a Mobil 19,2 e a Total quatro por cento.

II Encontro Nacional de Técnicos de Arroz

Realizou-se ontem de manhã no Commissariado de Estado da Agricultura e Pecuária, a abertura do segundo encontro nacional de Técnicos de Arroz, sob o lema «Aplicação na prática das resoluções do III Congresso do PAIGC». Este encontro enquadra-se no prosseguimento das actividades a desenvolver pelo Departamento de Experimentação e Produção de Arroz (DEPA).

No acto de abertura estiveram presentes os camaradas Samba Lamine Mané, Comissário de Estado da Agricultura e Pecuária, Carlos Silva responsável do DEPA, e vários técnicos e assistentes.

O camarada Samba Lamine Mané fez a abertura da sessão tendo em seguida apresentado os relatórios regionais em que se citaram as regiões de Tombali, Buba, Bafatá, Gabú,

Oio, Cacheu e Bissau, onde se encontram em experimentação o desenvolvimento da cultura do arroz, financiado ao DEPA pela FAO (Organismo das Nações Unidas para a Agricultura), pelo Conselho Ecuménico das Igrejas, pela Agência Americana do Desenvolvimento, pela Organização dos Países de África Ocidental para o desenvolvimento do Arroz e pelo Programa Alimentar Mundial.

Recorde-se no entanto que, há precisamente um ano, em Julho de 1977, foi realizado o primeiro encontro Nacional de Técnicos de Arroz sob o lema «Saudação ao III Congresso do PAIGC» e que permitiu também pôr em prática algumas iniciativas que seriam depois registadas nas resoluções do III Congresso.

Próximo Oriente

Graves distúrbios nos Yemens Norte e Sul

★ Presidente Al Ghachmi assassinado

BEIRUTE — Uma sublevação militar teve lugar ontem no Yemen do Sul onde, segundo a agência iraquiana de Informação (INA), capitada em Beirute, o Palácio presidencial foi bombardeado pela artilharia e a aviação.

Ainda segundo a INA ter-se-iam registado combates entre forças da milícia popular e soldados do Exército nas proximidades do aeroporto de Aden. O correspondente da INA na capital sul-yemenita indicou, de fonte militar bem informada, que as unidades do exército na região de Bab Al Mandeb, bem como nas segunda e terceira regiões do país (nas proximidades de Aden) amotinaram-se.

Os soldados e as milícias ocuparam todas as ruas da capital.

Últimas notícias indicam, ao princípio da tarde de ontem, que a milícia popular controlava a situação na capital, sul-yemenita, acrescentou a INA.

Segundo esta mesma agência, os funerais do presidente norte-yemenita, tenente-coronel Ahmad Al Grachmi, assassinado no sábado passado, tiveram lugar na manhã de ontem em Sanaa.

O assassinato, no sábado, do presidente norte-yemenita, permanece ainda rodeado de mistério, como a maior parte dos atentados políticos perpetrados neste país há já alguns anos.

No entanto, como consequência directa, este novo atentado provocou a rup-

tura de relações diplomáticas em os yemens do Norte e do sul.

Por seu lado, o Sul-yemen, ao mesmo tempo que rejeitava as acusações de Sanaa denunciava, vigorosamente, o assassinato do tenente-coronel El Ghachmi. «Este incidente, acrescenta o comunicado, é um desses criminosos processos utilizados pelas forças reacçãoárias e hostis contra as aspirações do nosso povo yemenita na via da libertação, da unidade e do progresso».

As relações entre os dois países conheceram, de facto, variadas formas, mas, ultimamente, registavam-se esforços para as intensificar. Por outro lado, o ye-

men do Norte nunca foi um exemplo de estabilidade política.

As circunstâncias do atentado que custou a vida ao predecessor do tenente-coronel Amed Al Ghachmi, o coronel Ibrahim El Hamdi, em Outubro de 1977, não ficaram esclarecidas: Ele foi morto na véspera da sua viagem ao Yemen do Sul. O próprio presidente Ghachmi escapou a um atentado a 18 de Outubro, uma semana depois de ter subido ao poder.

Entretanto, a Liga Árabe decretou, no domingo, um luto de sete dias e as bandeiras a meia-hasté, em memória do presidente assassinado. O secretário-geral da Liga, Mahmoud Riad, enviou, por outro lado, uma mensagem de condolências ao presidente do Conselho presidencial norte-yemenita, o cadi Abdel Karim Al Archi. (FP)

Robaye executado

BEIRUTE — Em notícias, de última hora, divulgadas pela agência noticiosa iraquiana (I.N.A.), fala-se na execução, ontem à noite, do ex-presidente do Iemen do Sul, Salem Robaye, que liderara uma frustrada tentativa de golpe contra o partido único yemenita, a «Frente Nacional».

Citando, como fonte, a rádio Aden, a agência iraquiana disse que o ex-presidente tinha sido fuzilado juntamente com «dois dos seus companheiros».

Produtores da Europa querem "OPEP do Leite"

PARIS — Os produtores de leite da Europa pretendem criar uma «Opep do Leite», no vigésimo congresso mundial, inaugurado ontem, em Paris, com a participação de 67 países do Ocidente, da América Latina, da Ásia e da África.

A Comunidade Económica Europeia (CEE), é o primeiro produtor mundial de leite, superando, amplamente, a União Soviética e os

Estados Unidos.

A CEE produziu, em 1976, segundo a FAO (Organização de Alimentação e Agricultura), mais de 100 milhões de toneladas de leite, seguida pela União Soviética com menos de 90 milhões e pelos Estados Unidos com quase 70 milhões.

O presidente da Federação francesa de agricultores, Michel Debatisse, declarou-se surpreso com a de-

organização da produção mundial de leite e propôs como solução, «um acordo mundial entre os países produtores».

No entanto, o ministro francês da Agricultura, Pierre, Mehaignerie, declarou-se contrário à criação de uma «Opep dos produtores de leite», sobretudo neste actual congresso, dizendo que é muito cedo para isso. (FP)

Ramalho Eanes

(Continuação das Centrais)

mutuamente vantajosas e de inteira reciprocidade. O empenho que preside aos esforços de integração nos espaços que nos são naturais na Europa e no Ocidente não nos impedirão de reforçar os laços de entendimento com outros países e outros povos a que igualmente nos ligam profundos elos culturais e históricos. Pelo contrário: pensamos que esta relação, de múltipla direcção possível, necessária e conveniente não só para nós mas também para os países com os quais podemos estabelecer mais facilmente formas de estreita cooperação.

Vossa Excelência, senhor Presidente Agostinho Neto, pela sua capacidade política e pela sua envergadura de estadista, pelo seu conhecimento profundo da realidade portuguesa e pela sua identificação com a própria personalidade da Nação angolana está em melhores condições do que ninguém para avaliar todo o alcance da cooperação que é viável entre os nossos dois países.

Esta cooperação supõe decerto a existência em ambos os países, do ambiente mais adequado. A vontade política da República Popular de Angola e de Portugal de conduzirem as suas relações de acordo com os princípios éticos que devem regular a convivência entre Estados soberanos e as condições históricas que podem favorecer-las, não dispensam ambos os países de percorrer um caminho longo e difícil para vencer as sequelas dum período perturbado.

Em particular no que concerne aos cidadãos portugueses que permanecem em Angola sem assistência consular ou judiciária adequada e a resolução de alguns casos que, em boa verdade, tiveram origem nos tempos da administração colonial, tenho a certeza senhor Presidente de que será possível eliminar rapidamente situações perturbadoras de harmonia nas nossas relações.

Anima-nos porém a esperança de que, paciente mas determinantemente sabermos além disso implementar uma nova fase de cooperação que os progressos aqui realizados auspiciam e que os laços humanos e culturais tornam possível. Confiamos em que a acção de Vossa Excelência permitirá a Angola e a Portugal anteciparem, em proveito dos seus povos e da solidariedade entre as Nações, o integral aproveitamento das potencialidades que mais facilmente visiona quem, como o, Presidente Agostinho Neto, é um poeta de sensibilidade, que usou como veículo a língua portuguesa e é também um homem de cultura africana e universal.

Angola EUA: Possível normalização de relações

LUANDA — A missão governamental americana, chefiada pelo embaixador adjunto dos Estados Unidos na ONU, Donald Mchenry, que se encontrava em Angola desde quarta-feira para consultas bilaterais, deixou Luanda, no domingo passado, de regresso a Washington.

Durante a sua estadia em Angola, Mchenry teve mais de dez horas de discussões com altos responsáveis do governo e do MPLA-Partido do Trabalho, nomeadamente com o Primeiro-ministro, Lopo de Nascimento, igualmente

membro do Bureau Político.

À sua partida, Mchenry declarou: «Não espero que se consiga alguma coisa de imediato. Mas penso que estamos ambos interessados numa normalização de relações».

O presidente angolano, Agostinho Neto, declarou a semana passada, que o estabelecimento de relações diplomáticas com os Estados Unidos dependia unicamente do «desejo do governo americano», uma vez que Angola pretende tais relações. «Estamos abertos ao diálogo», declarou ele. (FP)